

2ª mostra  
**OC**  
**Observa  
Campos**  
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS E AMBIENTE

# REDES, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS EM POLÍTICAS E AMBIENTES

ALINE REIS CALVO HERNANDEZ  
ISMAEL JESUS KLEIN  
LUCIELE NARDI COMUNELLO  
PATRÍCIA BINKOWSKI  
ROSMARIE REINEHR  
Organizadores

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
GRUPO DE PESQUISA OBSERVACAMPOS**

**2ª MOSTRA OBSERVACAMPOS: REDES, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS EM  
POLÍTICAS E AMBIENTES**

**Organizadores**

Aline Reis Calvo Hernandez

Ismael Jesus Klein

Luciele Nardi Comunello

Patrícia Binkowski

Rosmarie Reinehr

**SÃO FRANCISCO DE PAULA**

**UERGS**

**2019**

**ISBN 9788560231515**

**Organizadores:**

Aline Reis Calvo Hernandez

Ismael Jesus Klein

Luciele Nardi Comunello

Patrícia Binkowski

Rosmarie Reinehr

**Copy desk, revisão de texto e tratamento editorial:**

Luciele Nardi Comunello

Ismael Jesus Klein

**Projeto gráfico e editoração eletrônica e tratamento de ilustrações:**

Ismael Jesus Klein

**Fotografia da Capa:**

Gabriela Vitória de Oliveira (Passo da Ilha, Parque Estadual do Tainhas – Jaquirana/RS)

**Fotografia Contracapa:**

Ismael Jesus Klein (Parque Natural Municipal da Ronda – São Francisco de Paula /RS)

**Ilustrações:**

Ana Paula Paim de Almeida, Graziane Paim de Almeida e Ismael Jesus Klein

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL GESTÃO 2018/2022****Reitor**

Prof. Dr. Leonardo Beroldt

**Vice-reitora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Monteiro Lemos

**\*Todos os direitos reservados.**

© 1. ed. 2019 – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

E-book – PDF

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus Autores.

Catlogação de publicação na fonte (CIP)

M915 Mostra Observacampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes (2: 2018: São Francisco de Paula) / Organizadores: Hernandez, Aline Reis Calvo ... [et al.] – São Francisco de Paula, RS: UERGS, 2019.

141 p.

ISBN 9788560231515

1. Desenvolvimento regional. 2. Pesquisa. 3. Redes. 4. Região das Hortênsias. I. Hernandez, Aline Reis Calvo. II. Kein, Ismael Jesus. III. Comunello, Luciele Nardi. IV. Binkowski, Patrícia. V. Reinehr, Rosmarie. VI. Título.

CDU 502.1

Elaborada pelo bibliotecário Marcelo Bresolin – CRB 10/2136

## ENSAIO TEMÁTICO

### PERCEPÇÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA OCUPAÇÃO URBANA VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

*Carlos da Silva Padilha<sup>36</sup>*

*Ana Paula Paim de Almeida<sup>37</sup>*

*Patrícia Binkowski<sup>38</sup>*

*Aline Reis Calvo Hernandez<sup>39</sup>*

## INTRODUÇÃO

Nos Campos de Cima da Serra, conforme constatado por Silva, Costa e Binkowski (2017), a população rural de São Francisco de Paula (SFP), Rio Grande do Sul (RS) vem percebendo os impactos das mudanças climáticas por meio das constantes secas, do aumento da temperatura no verão, dos invernos que tem se mostrado menos rigorosos, das chuvas de granizo que se tornaram corriqueiras na região, entre outros indicadores.

A partir dos dados constatados pelos autores em 2017 na zona rural de SFP, se resolveu investigar, também, as percepções dos moradores da zona urbana do município. O local selecionado foi a ocupação urbana Vila Jardim, que está localizada entre às margens da Rua Benjamin Constant e o Parque Nacional Municipal da Ronda (PNMR). A ocupação está localizada em uma área inclusa da poligonal do PNMR. A Vila Jardim está organizada em 130 lotes, com aproximadamente 250 famílias que ocupam a área há 20 anos, considerando as primeiras ocupações (**FIGURA 1**).

---

<sup>36</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS. E-mail: [caspadilha@hotmail.com](mailto:caspadilha@hotmail.com)

<sup>37</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Bolsista de Iniciação Científica INICIE/UERGS. E-mail: [anapaulapaim1998@gmail.com](mailto:anapaulapaim1998@gmail.com)

<sup>38</sup> Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente. E-mail: [patricia-binkowski@uergs.edu.br](mailto:patricia-binkowski@uergs.edu.br)

<sup>39</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Colaborada do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: [alinehernandez@hotmail.com](mailto:alinehernandez@hotmail.com)

Figura 1 – Vista aérea dos lotes na Vila Jardim – poligonal do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS



Fonte: Adaptado de Plano de Manejo Parque Natural Municipal da Ronda e Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (2012 e 2018)

A comunidade é considerada de alta vulnerabilidade social, dadas as condições de falta de saneamento, casas de madeira sem infraestrutura adequada, baixos níveis de escolarização, alto índice de desemprego e dificuldades de inclusão social por questões de renda, classe e raça, além de outras interseccionalidades. Para agravar a situação, a comunidade foi vítima do “tornado” que atingiu São Francisco de Paula no dia 12 de março de 2017. Muitas casas vieram abaixo, o ginásio e a escola da comunidade foram inteiramente destruídos e, atualmente, muitos moradores ainda esperavam pelas reconstruções de suas moradias.

Com o “tornado” de 2017, a paisagem natural da Vila Jardim foi fortemente alterada, já que centenas de árvores, principalmente, pinheiros e eucaliptos foram quebradas ou, literalmente, arrancadas. O popular “tornado”, como ficou conhecido o vendaval/tempestade que acometeu o município, deixou centenas de pessoas desabrigadas, sendo que muitas famílias ainda estão nas casas de parentes por não poderem reconstruir ou consertar suas casas. Ao caminhar pela Vila Jardim ainda se encontram entulhos e restos de construções gerados pelo fenômeno (**FIGURA 2**).

Figura 2 – Fotos da destruição provocada pelo tornado que atingiu São Francisco de Paula no dia 12 de março de 2017



Fonte: RBS TV/Reprodução (2017); Bruno Alencastro, Agência RBS (2017)

Portanto, o objetivo geral deste ensaio temático foi o de analisar a percepção dos moradores da ocupação urbana Vila Jardim, em São Francisco de Paula/RS, sobre as mudanças climáticas e o acesso às políticas públicas. Além disso se teve o intuito de investigar as percepções das famílias em relação às possíveis causas do “tornado” de 2017 e a atuação da gestão municipal em relação ao fenômeno.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No final da década de 1980 o sociólogo alemão Ulrich Beck (1986) ganhou destaque pela sua obra *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*, onde avalia que o risco está cada vez mais presente no nosso cotidiano, citando os conflitos armados, as catástrofes ambientais, as epidemias entre outros riscos. Beck (2010) analisa que as sociedades estão experimentando mudanças radicais, no que tange principalmente, aos riscos ambientais. Segundo o autor, vivemos um momento de transformação da sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, em uma chamada sociedade (industrial) de risco, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens.

Dentro dessa nova concepção produtiva, os riscos seriam mais democráticos e globalizados, tornando a repartição mais equalizada. Sendo assim, ninguém, nem pobres nem ricos, estaria totalmente imune às ameaças produzidas e agravadas pelo progresso. Embora se admita que muitos riscos possam ainda ser distribuídos conforme a classe social, Beck não concebe mais as ameaças como situações de classe, a exemplo do que acontecia na sociedade industrial clássica. Os riscos são produtos, ao mesmo tempo, reais e irrealis, por aliarem danos e perigos já ocorridos àqueles calculados (ROBALINHO, 2014, p. 53).

Desde o início da Revolução Industrial as atividades humanas têm provocado uma interferência significativa sobre o sistema climático, essas mudanças acarretam efeitos adversos diretos e indiretos, tais como: perda de produtividade agrícola, derretimento das calotas polares, alagamento das zonas costeiras, estresse hídrico, imprevisibilidade no regime de chuvas, maior incidência de eventos extremos (furacões, tempestades e secas), perda da biodiversidade entre outros problemas (IPCC, 2007).

Em vários pontos do planeta os efeitos das mudanças climáticas podem ser observados, tais como: secas prolongadas, aumento das temperaturas, inundações, eventos estes considerados críticos. Esses efeitos provocados pelas mudanças climáticas levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a organizar a Conferência do Clima, que está em sua 21ª edição. A última edição da Conferência das Partes (COP 21) ocorreu em Paris na França, em dezembro de 2015 e contou com a participação de líderes mundiais, delegados representando diversos países, observadores, jornalistas e membros da sociedade civil. O objetivo da cúpula é o de negociar um acordo global para desacelerar o aumento das emissões de gases de efeito estufa e conseguir que o aumento da temperatura do planeta em 2100 não ultrapasse 2°C.

Com esta preocupação alguns governos realizaram assinaturas de “tratados internacionais” como o de Montreal em 1987, que regulava a produção e o consumo de produtos destruidores da camada de ozônio e o Protocolo de Quioto, assinado em 1995, com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Estima-se que nas próximas décadas haverá o aumento na emissão de gases de efeito estufa, o que levou alguns países a criarem medidas para a redução de emissões e mitigação de danos causados pelos efeitos das mudanças climáticas (BRASIL, 2013).

Além dos tratados internacionais houve outras propostas, com o intuito de enfrentamento das alterações no clima (IPCC, 2007; EIRÓ; LINDOSO, 2014) como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada primeiramente em 1992 no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 e a Rio+20, realizada 20 anos após a 1ª edição, também no Rio de Janeiro. Essas mudanças climáticas estão sendo o centro dos debates na atualidade e tem sido um dos maiores desafios do século XXI, conforme Giddens, Beck e Lasch (1997).

As mudanças climáticas colocam em evidência o problema da exploração dos recursos naturais – contaminação e escassez dos recursos hídricos; poluição do ar; contaminação dos solos; as incertezas à segurança energética e a propagação geográfica de doenças. Esses problemas ambientais, socioeconômicos e políticos estão elevando a prioridade de questões

relativas à segurança ecológica nas políticas públicas. Saber lidar com uma nova atmosfera, com o aumento dos oceanos, com uma biodiversidade diferente, com recursos limitados e territórios modificados é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea (HODSON; MARVIN, 2014).

No Brasil, as mudanças no uso do solo e o desmatamento são os responsáveis pela maior parte das emissões do país, pois as áreas de florestas e os ecossistemas naturais são grandes reservatórios de carbono por sua capacidade de absorver e estocar CO<sup>2</sup> e ao serem queimadas o carbono acaba sendo liberado para a atmosfera (MARENCO, 2006). A mudança climática global se refere ao fato de que as emissões de gases geradores do efeito estufa vêm fazendo o clima da terra aquecer, com consequências potencialmente devastadoras para o futuro (GIDDENS, 2002). As alterações climáticas provocarão diversos impactos sociais, ameaçando milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. A maioria das populações urbanas vive em áreas vulneráveis que precisam de planejamento e infraestrutura adequados, e a falta dessas infraestruturas expõe grupos populacionais ao risco da variabilidade do clima.

Segundo a Sociedade de Risk Analytics (SRA, 2010) quando se fala em risco se situa a probabilidade de um evento produzir consequências não intencionais adversas à vida humana, à saúde e ao ambiente (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012). A dimensão desse risco é influenciada pela qualidade das estruturas de governança que planejam, coordenam, gerenciam e executam as políticas públicas e ações governamentais em nível local (MARTINS; FERREIRA, 2010). A vulnerabilidade social das populações que se encontram em condições econômicas desfavoráveis – precariedade de habitação e infraestrutura de saneamento – será agravada, caso elas não disponham de meios para enfrentar ou adaptar aos efeitos negativos dessas mudanças.

Oliveira e Andrade (2012) comentam que, diante desse cenário, as preocupações dos pesquisadores e governos estão se voltando para estudos e medidas que reduzam os impactos da mudança climática sobre as populações. Conforme as autoras, a prioridade desses estudos têm sido a análise e gestão dos riscos ambientais visando “a necessidade de considerar a dimensão social e, entre seus diversos aspectos, a subjetividade das pessoas afetadas por esses riscos - representada pela percepção e as atitudes das pessoas a eles expostos” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012, p. 22).

Conhecer o que as pessoas pensam, sabem e opinam sobre os riscos ambientais e sobre a mudança climática percebida no seu local de convivência proporciona subsídios para o planejamento ambiental, pois o gerenciamento de riscos não pode ser dissociado dos aspectos sociais que permeiam as questões ambientais. Esses subsídios são fundamentais para

desenvolver estratégias favoráveis a uma efetiva participação dos atores sociais no processo de gestão dos riscos (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012, p. 22).

Entende-se como fundamental a compreensão de como determinadas populações são mais ou menos vulneráveis às mudanças climáticas, e quais estratégias de adaptação decorrem daí. Com foco na percepção dos agentes sociais locais, este estudo utilizará uma abordagem que se enquadra no construtivismo ambiental e, mais especificamente, em uma sociologia do risco. O tema das estratégias de adaptação precisa ser contextualizado, combinando métodos de pesquisa que levem em consideração o diálogo entre os condicionantes físicos de risco e o ponto de vista da população local sobre a realidade. “Assim, a percepção dos atores sobre sua realidade deve ser considerada em estudos de adaptação à mudança climática para que seja exitosa” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012, p. 22).

Mello *et. al.* (2012) comenta que as estratégias de adaptação e os riscos socioambientais variam de acordo com o lugar (espaço geográfico) e com a temporalidade dos eventos climáticos ou ambientais que ocorrem (como chuvas, ressacas do mar, deslizamentos e inundação), portanto, coletar dados sobre as mudanças do clima em termos regionais, é de extrema importância para o planejamento dessas áreas, de forma que possam minimizar os riscos e que a região possa se adaptar a tais eventos climáticos.

No município de São Francisco de Paula/RS, localizado nos Campos de Cima da Serra, se observa que os efeitos das mudanças climáticas vêm afetando de diversas formas a população local e o ambiente, como o “tornado” que ocorreu em março de 2017.

Os tornados são fenômenos climáticos naturais, que exercem grande poder pelos fortes ventos, e pela grande destruição quando atingem cidades e moradias, causando um impacto social, no qual tange a economia. Eles são formados através do encontro entre uma massa de ar fria com a quente, sendo propício para a formação de uma tempestade geralmente formada pela nuvem *Cumulonimbus*. (LISBOA; BLANC; JORGE, 2019, p. 62).

Segundo Silva, Costa e Binkowski (2017) e Silva e Binkowski (2016), a população de São Francisco de Paula vem percebendo mudanças significativas no clima, principalmente quanto aos impactos na agropecuária da região. Do ponto de vista agrônomo, se percebe que a soja (cultivo que necessita de muitas horas de calor), por exemplo, está em franca expansão, enquanto cultivos que necessitam de muitas horas/frio, como a maçã, está em decadência. Estas alterações no uso e exploração do solo alteram atividades agropecuárias tradicionais do município, como a pecuária que vem cedendo lugar às lavouras de soja, por exemplo. Tais mudanças afetam a economia local, bem como, o cotidiano da população local, que considera

incomum os invernos amenos (sem ocorrências de neve, como era comum há alguns anos atrás) e os verões com temperaturas acima de 30°, consideradas anormais na região.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa adotou uma abordagem mista, triangulando fluxos de dados quantitativos, qualitativos e oriundos de fontes primárias e secundárias. Realizaram-se 30 entrevistas com famílias da Vila Jardim (mais de 10% da população de famílias), distribuídas em três zonas diferentes, sendo entrevistadas 10 famílias em cada zona: Zona 1: famílias residentes na entrada do PNMR; Zona 2: famílias residentes na zona central da ocupação, onde iniciou a Vila Jardim; Zona 3: famílias residentes na fronteira da Vila Jardim com a sede campestre da Sociedade Ginástica Porto Alegre (SOGIPA).

Os bolsistas do projeto de pesquisa “Diagnóstico de Percepção de Risco Ambiental e Estratégias de Adaptação às Mudanças Climáticas no Município de São Francisco de Paula/RS” foram os responsáveis por aplicar o questionário, fazendo uma abordagem de porta em porta, solicitando que a pessoa responsável pela família pudesse responder pelas informações. O questionário foi estruturado em torno a cinco eixos: 1º Perfil sociodemográfico das famílias; 2º Condições de estrutura, saneamento e acesso às políticas públicas; 3º Níveis de confiança no poder público; 4º Percepções em relação ao Parque Natural Municipal da Ronda; 5º Percepções em relação às mudanças climáticas e ao “tornado” ocorrido em 2017.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados indicam que as famílias são formadas majoritariamente por mulheres adultas, crianças e jovens, sendo lideradas por mulheres que, em poucos casos, contam com a participação de homens adultos enquanto cônjuges. As responsáveis pela subsistência das famílias são as mulheres que, em sua maioria, ocupam postos de trabalho informal, sem ter assegurado seus direitos trabalhistas. Os homens adultos evidenciam a grave situação de desemprego que acomete a região, sendo que a maioria trabalha com “bicos” (trabalhos esporádicos) e não asseguram o provimento de renda média mensal familiar. A renda média mensal das famílias se aproxima aos R\$ 920,00, renda muito baixa para famílias compostas por 4 a 5 membros, em média.

Em relação à escolaridade, a maioria dos participantes declara ter Ensino Fundamental incompleto, sendo que a maioria das crianças não frequenta a Educação Infantil.

Quanto às condições de estrutura, saneamento e acesso às políticas públicas, as moradias têm acesso à água e luz, proveniente do abastecimento feito por empresas privadas contratadas, mas enfrentam um grave problema de saneamento e esgotamento, sendo esse um problema que acomete o município, pois segundo dados do IBGE Cidades (2010), São Francisco de Paula só conta com 58% de esgotamento sanitário. Constatou-se uma escassa oferta de políticas públicas de saúde, educação e lazer, que são ofertadas no bairro vizinho à Vila Jardim, bairro Santa Izabel, o que evidencia o abandono do poder público municipal junto à comunidade. A única política pública mencionada foi em relação à assistência social. As famílias comentam que não tem acesso a áreas de lazer e que as crianças geralmente procuram o “campo de futebol” junto à sede do Centro Integrado Social (CIS), em que atualmente está instalada, também, a sede do PNMR. Em relação às políticas públicas, as principais demandas apresentadas pelas famílias em ordem de importância foram: 1ª saneamento; 2ª regularização fundiária dos lotes de moradia; 3ª acessibilidade, mobilidade e calçamento, 4ª políticas de saúde, educação, segurança e lazer para crianças e jovens.

Para conhecer o nível de confiança das famílias no poder público municipal usamos uma Escala Lickert de 5 pontos, sendo que 1 indicava um nível muito baixo e 5 um nível muito alto. Os resultados indicaram a variação entre o ponto 1 e 2 da escala, um nível muito baixo e baixo de confiança nos políticos e na política local. Apesar da baixa confiança, a área ocupada já foi negociada pelo poder público municipal junto à União e cedida ao município, sendo que os 130 lotes já foram demarcados e se encontram em processo de regularização.

Em relação ao Parque Natural Municipal da Ronda, as percepções evidenciam uma relação geracional, ou seja, moradores mais antigos e com mais de 40 anos, manifestam relações mais afetivas em relação ao parque. Talvez essas memórias afetivas positivas se devam ao tipo de uso que puderam fazer do parque em tempos idos, de sua infância e juventude, em relação à beleza cênica, atividades de lazer, banhos nas cachoeiras quando ainda eram próprias para banho etc. Percebeu-se que os moradores residentes há menos de 10 anos e jovens manifestam uma percepção afetiva mais baixa ou desconhecem a área como parque natural municipal, apesar de ressaltarem a paisagem como elemento importante a compor o cenário da Vila Jardim. Assim, a maioria das famílias evidencia a questão da paisagem e a necessidade de preservação ambiental e indica a necessidade de adequação do parque para uso público.

A maioria das famílias não se sente diretamente envolvida com o PNMR e não perspectivam a geração de renda ou envolvimento em atividades de Turismo e Educação Ambiental, ainda desconhecem as funções do Conselho Consultivo e sua importância à gestão do parque. Talvez esse fato se deva a algumas medidas tomadas pela gestão do parque, que como primeira ação após a posse, em 2017, instalou um portão de acesso ao mesmo, impedindo a livre entrada da comunidade na área, o que também inibiu algumas atividades irregulares que vinham sendo praticadas, tais como: descarte de resíduos, extração de pinhão fora da data de colheita permitida, extração de lenha, extração de terra e mudas da flora local, pastagem de animais etc.

Quanto às percepções em relação ao “tornado” de março de 2017 e às mudanças climáticas os resultados apontam que a maioria das famílias identifica o pronto atendimento prestado pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e pela Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula que proveu a comunidade com distribuição de lonas e alimentos. Alguns deles manifestaram o descaso do poder municipal após o período de “catástrofe” e a falta de investimento na reconstrução das moradias. Oito famílias declaram que não tiveram apoio ou não foram atendidas na ocasião de emergência pós-tornado. Das que não foram atendidas, um membro de uma das famílias comentou que esteve durante horas com as crianças sob os escombros e que familiares tiveram que fazer o resgate. Uma entrevistada declarou que perdeu tudo no “tornado”. As famílias comentaram ainda, que a Vila Jardim tem apresentado temperaturas altas no verão, próximas a 30°C e relacionam esse fato a não terem árvores plantadas em seus pátios.

A maioria não sabe responder sobre as possíveis causas do “tornado” e, menos de cinco famílias, relacionam o “tornado” ao desmatamento, aos efeitos do El Niño, ao uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras, ao choque do ar quente com o ar frio e ao excessivo calor e aquecimento que vem ocorrendo nos últimos tempos na região dos Campos de Cima da Serra.

Em relação às consequências e efeitos do “tornado”, dez famílias declaram que suas casas ficaram destelhadas, três declaram que o “tornado” destruiu toda a casa, ou seja, ficaram sem lugar para morar e outras, ainda, indicaram que as casas “entortaram”, que as árvores do pátio caíram bem próximas das casas e que correriam risco se voltassem para casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa se observou que o poder público do município se mobilizou em auxiliar os atingidos pelo “tornado” de março de 2017, mas não está se mobilizando preventivamente para desenvolver estratégias de adaptação e enfrentamento às mudanças climáticas junto à comunidade. Apesar da pouca informação sobre “o que é mudança climática” os moradores da ocupação urbana Vila Jardim vêm lançando mão de estratégias de enfrentamento às adversidades do clima. Outro ponto relevante observado na pesquisa, é que a grande maioria das famílias entrevistadas não sabia informar sobre os efeitos que as mudanças climáticas estão provocando em nível global, mas em diversos momentos faziam menção a fenômenos locais como escassez de água, excessivo calor, mudanças na paisagem decorrentes do “tornado” etc.

Durante as entrevistas era comum, a partir da primeira pergunta: “Quais mudanças climáticas você percebeu em SFP nos últimos anos?”, os entrevistados perguntarem: “mas como assim, mudanças climáticas?”, fazendo com que nós pesquisadores tivéssemos que apontar noções sobre o que são as “mudanças climáticas”. Somente após darmos estas “noções”, os entrevistados passavam a relatar suas percepções em relação a tais mudanças em seu cotidiano. Isso nos fez refletir sobre a primeira pergunta que deveria ser feita aos entrevistados “o que é mudança climática?”, para acessarmos suas associações e representações em relação ao fenômeno, sem a interferência dos pesquisadores. Por isso, em relação à primeira pergunta os dados podem ter sido “mascarados”.

A pesquisa abriu um canal de proximidade e comunicação entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e ocupação urbana Vila Jardim, pois se pôde discutir e conhecer a percepção da comunidade sobre um tema tão urgente, mas pouco desenvolvido em São Francisco de Paula. Nesta comunidade se constatou a existência de um sentimento de inconformismo, dado pela situação de abandono pelo poder público municipal. A Vila Jardim é invisibilizada aos olhos dos gestores municipais e pouco contemplada com a oferta de políticas públicas. Porém, se notou que existe um desejo de mudança, um horizonte em perspectiva em busca de melhores condições de vida, de moradia, de lazer, mas que só será possível quando a relação entre comunidade e poder público for efetiva, garantindo a salvaguarda de direitos sociais, políticos e ambientais que lhes são de direito.

## AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado pelo Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) e contou com bolsa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG/UERGS e bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

## REFERÊNCIAS

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010 [1986].

EIRÓ, F.; LINDOSO, D. Mudança climática, percepção de risco e inação no seminário brasileiro: como produtores rurais familiares percebem a variabilidade climática no Sertão de São Francisco na Bahia. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 137-150, out./dez., 2014.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo. UNESP. 1997.

HODSON, M; S. MARVIN. Ecocidades transcendentais ou segurança ecológica urbana? *In*: MOSTAFAVI M.; DOHERTY G. (Org.). **Urbanismo Ecológico**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014. p.208- 215.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades. Censo 2010. **Dados sobre saneamento em São Francisco de Paula/RS**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula>. Acesso em out. 2019.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **V.I: The physical science basis; V.II: Impacts, adaptation and vulnerability; v.III: Mitigation of climate change**. New York: Cambridge University Press, 2007.

LISBOA, Y. C.; BLANC, G. F. de C.; JORGE, M. da S. Passagens de Tornados nas Áreas Rurais dos Municípios de Água Santa/RS e Coxilha/RS. **GeoPautas**, Vol.3, n. 1. 2019.

MARENGO, J. A. **Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a Biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI**. Série Biodiversidade v.26. Brasília: MMA, 2006.

MARTINS, R. D.; L. C. FERREIRA. Oportunidades e Barreiras para Políticas Locais e Subnacionais de Enfrentamento das Mudanças Climáticas em Áreas Urbanas: Evidências de Diferentes Contextos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 223-242. jul.-dez. 2010.

MELLO, A.Y. I. et al. Abordagem quantitativa em estudos sobre percepção de riscos às mudanças climáticas e ambientais: proposta no Litoral Norte de São Paulo. **Anais...** VI Encontro Nacional da ANPPAS. Belém, 2012.

OLIVEIRA, F. H.; ANDRADE, R. M. T. Percepção de Mudança Climática e Riscos Ambientais Urbanos no Varjão - Distrito Federal. **Anais...** 5º Seminário Internacional de Planejamento e Gestão Ambiental – IPPC / URBENVIRON. Brasília, 2012. p.21-32.

ROBALINHO, M. Para além dos riscos: uma análise do livro Sociedade de risco. Resenha. **RECIIS** – Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde. 2014 Mar; 8(1). p. 53-55.

SILVA, B. D.; BINKOWSKI, P. A Percepção socioambiental da população sobre as mudanças climáticas em São Francisco de Paula/RS. **Anais...** VI Salão Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPEX, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Bagé, 2016.

SILVA, B. D.; COSTA, R. A.; BINKOWSKI, P. Diagnóstico de Percepção de Risco Ambiental e Estratégias de Adaptação às Mudanças Climáticas no Município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. **Anais...** VII Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPEX, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Tapes, 2017.